

Guilherme
S. J.



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

Relatório e Contas

Ano 2025

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ÍNDICE

1. Identificação da Entidade.....	3
2. Relatório de Atividades e de Gestão.....	4
3. Balanço.....	22
4. Demonstração de Resultados.....	23
5. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	24
6. Anexo às Demonstrações Financeiras.....	25

Denominação Social: Lar Beneficente de S. Jorge, IPSS

Sede: Rua de S. Jorge, 304, 4835-351 Guimarães

NIPC: 501 268 138

Constituição: 01.03.1954

Atividade Principal: Atividades de apoio social para pessoas idosas com alojamento

Corpos Gerentes

Data da eleição: 13 de março de 2024 (mandato: 4 anos)

- **Direção**

Presidente – André Guimarães Coelho Lima

Vice-Presidente – Patrícia Gabriela da Cunha Ferreira Fernandes

Tesoureiro – José Eduardo Salgado Fontão

Secretário – Maria Gabriela Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Vogal – José Miguel Fernandes Coelho Lima

Vogal – Maria Micaela Barroso Fontão

Vogal – Maria de Lurdes Correia Ribeiro

Suplente – Paula Mota Correia

Suplente – Amílcar César Faria Varela

Suplente – Teresa Maria Almeida Machado

Suplente – Eduardo Jorge Vidal Ferreira Fernandes

- **Assembleia Geral:**

Presidente – Luís da Cunha Teixeira e Melo *substituído em Assembleia Geral de 28/10/205 por* Luis Filipe Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Primeiro Secretário – Francisco Manuel Guimarães Coelho Lima

Segundo Secretário – António Carlos Almeida Salazar

- **Conselho Fiscal:**

Presidente – Joaquim Paulo Fernandes Coelho Lima

Vogal – Luciano Veiga Baltar

Vogal – Ana Margarida Rodrigues Machado

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE GESTÃO

1. Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas., o Relatório de Atividades e de Gestão referente ao exercício de 2025.

2. Mensagem da Direção

Este Relatório de Atividades reporta-se ao segundo ano do mandato dos órgãos sociais eleitos em 13 de março de 2024.

Após um primeiro mandato (2017-2020) dedicado intensamente ao conhecimento da instituição, sua reorganização administrativa e contratual e, sobretudo, ao estabelecimento de uma relação saudável e de amplo cumprimento para com a Segurança Social, seguiu-se um segundo mandato (2020-2024) totalmente dedicado aos projetos e aquisições conducentes à melhoria das condições físicas da instituição, tanto para a prestação dos serviços como para as condições de acolhimento dos nossos utentes e em diferentes dimensões, como se demonstra dos relatórios referentes aos exercício desse período.

O ano de 2025 foi, por isso, de dedicação quase integral à concretização do projeto de reabilitação do edifício-sede da instituição, que foi erigido como o principal objetivo do segundo mandato, isto, naturalmente, sem nunca esmorecer na importância a dar ao projeto social.

Na Síntese de Atividades que em seguida se desenvolverá serão mais bem explicadas estas como outras matérias que representaram a atividade da Direção do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS, durante o ano civil de 2025.

Importa referir ainda, pela importância, que:

- a) Todos os membros da Direção exercem as suas funções dirigentes de forma graciosa
- b) Não existe nenhum trabalhador da instituição que seja simultaneamente dirigente



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

Guilherme
S. Jorge

- c) Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal
- d) Não existem dívidas em mora perante a Segurança Social

Ainda:

Expressar os habituais agradecimentos a todos os que ao longo deste ano e precedentes manifestaram a sua confiança e preferência nesta instituição, em particular aos utentes e suas famílias pois a eles se deve o crescimento e desenvolvimento do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS.

Deixar aos nossos colaboradores uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenhamento e, muito mais do que isso, pela sua dedicação e a forma como transformam esta instituição na casa de cada um dos nossos utentes, sendo essa a marca distintiva que o Lar Beneficente de São Jorge, IPSS tem de continuar a deixar junto da comunidade e daqueles que servimos.

3. Síntese da Atividade

Neste ponto do Relatório de Atividades far-se-á a apresentação sumária das atividades desenvolvidas durante o exercício que se vem de analisar.

3.1 Gestão de Pessoal

Após a reformulação orgânica da instituição ocorrida no exercício de 2021, bem como após a reorganização dos tempos de trabalho através da implementação do trabalho por turnos, objetivo há muito perseguido pela Direção, o exercício de 2024 foi já de consolidação e normalização das alterações decididas ao nível da gestão de pessoal.

3.1.1 Reformulação Orgânica da Instituição

Após aprovação, em maio-2021, do **novo Organigrama do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS**, considerou-se importante prosseguir na implementação e consolidação das orientações que daí emanam, designadamente, num reajustamento de funções na decorrência das alterações funcionais decididas, designadamente nas funções orgânicas atribuídas à Diretora Técnica, uma vez que esta havia assumido a gestão e coordenação integral da valência social.

Importa reiterar no que vem sendo referido nos exercícios anteriores que, não obstante ter-se constatado a desnecessidade das funções atribuídas à Diretora de Serviços na medida em que foram integralmente absorvidas pela Diretora Técnica da Instituição, esta decisão operacional poderá não manter a mesma atualidade, certamente, após a implementação de duas novas valências e passagem do universo de utentes da instituição de 35 para 142 isto é, porventura, logo após a finalização do concurso público de lançamento do projeto de empreitada necessário à realização da obra de reabilitação.

No decurso do exercício em análise foi implementada uma equipa de gestão operativa, a quem compete a gestão quotidiana da valência social, constituída pela Diretora Técnica, Psicóloga, Enfermeira e Animadora Sócio-cultural.

3.1.2 Diversos

Informações gerais a registar:

- a) Mantém-se a decisão de pagamento de um acréscimo de € 10/mês em cada vencimento correspondente ao RMMG (Rendimento Mínimo Mensal Garantido), pagando a instituição sempre um mínimo de € 10,00 acima do salário mínimo nacional;
- b) O número de trabalhadores da instituição passou de 23 em 2024 para 25 em 2025, manifestando um aumento progressivo de colaboradores ano após ano
- c) Para além das colaboradoras com contrato de trabalho, deve ser registado que a instituição disponibiliza ainda aos seus utentes o acompanhamento, mediante contratos de trabalho a tempo parcial ou prestações de serviço, dos seguintes profissionais:
 - a. Médico
 - b. Psicóloga
 - c. Fisioterapeuta

3.2 Gestão Financeira

3.2.1 Receitas

3.2.1.1 Comparticipação dos utentes

Durante o exercício de 2025 verificou-se uma comparticipação dos utentes da ordem dos 396.247,00 €, o que representa um **crescimento de 8,62%** face ao ano anterior. Importando igualmente registar a evolução tida neste particular, como se verifica no quadro infra:

Ano	Comparticipação dos Utes	Varição (%)
2017	216.210,16 €	---
2018	227.186,46 €	+ 5,07%
2019	244.020,77 €	+ 7,41%
2020	244.390,96 €	+ 0,15%
2021	252.618,40 €	+ 3,37%
2022	282.346,21 €	+ 10,53%
2023	312.488,52 €	+ 10,69%
2024	364.816,12 €	+ 16,75%
2025	400.451,88 €	+ 9,77%

3.2.1.2 Comparticipação Familiar

A comparticipação familiar era cronicamente deficitária nesta instituição, conforme se deu conta no relatório de atividades do exercício do precedente ano de 2023. Esta situação deixou de ocorrer no ano de 2022, sendo importante registar que se conseguiu transformar uma dívida das famílias dos utentes que, no ano de 2017 ascendia a 47.143,00€, para a dívida 0,00€ no ano 2022 sendo assegurada a continuidade de dívida nula desse ano em diante.

Embora sendo óbvio importa referir que a comparticipação familiar está integrada no montante total das comparticipações dos utentes indicado no ponto 3.2.1.1, no entanto, dado o importante conseguimento de redução a zero da dívida das famílias referido acima, isto fez com que fosse atribuída uma outra relevância a esta receita, sem prejuízo de a mesma se encontrar condicionada aos limites impostos pela lei. Por essa razão, apenas a partir do ano 2022 – ano em que foi zerada a dívida das famílias a título de comparticipação familiar – se deu início à destrinça dos montantes recebidos a este título, sendo a evolução a que pode ser conferida no quadro infra:

Ano	Comparticipação Familiar	Variação (%)	Peso na comparticipação dos utentes (%)
2022	26.060,60 €	---	9,23%
2023	28.179,60 €	+ 8,13%	9,02%
2024	31.289,33 €	+ 11,04%	8,58%
2025	52.470,33 €	+ 67,69%	13,10%

Deve ser assinalado o crescimento exponencial desta verba bem como o crescimento do seu peso relativo nas despesas totais relativas às comparticipações dos utentes (13,10%). Também deve ser destacado o rigor na gestão ao procurar envolver as famílias na obtenção das receitas necessárias para o bom funcionamento financeiro da instituição que permite a excelência dos serviços que aqui são prestados.

3.2.1.3 Valor-referência da instituição 2024

O “valor referência” determinado pela Segurança Social para o ano 2025 foi de 1.650,00€ (em 2021 era de 1.041,00€, em 2022 de 1.061,00€, em 2023 de 1.250,00€ e em 2024 de 1.400,00€), aumento de 58,5% em cinco anos que representa o impacto da inflação que atingiu valores-histórico a partir de 2º semestre de 2022 e seu reflexo nas prestações sociais, dando sobretudo seguimento às recomendações da Segurança Social.

Importa por isso referir que, no ano 2025, talqualmente vinha sendo seguido nos anos

anteriores, o valor-referência da instituição foi determinado pelo valor-referência fixado pela própria Segurança Social, isto é, muito embora haja motivos mais do que suficientes (a saber: investimento avultado a realizar na reabilitação do edifício-sede e a renda das instalações provisórias) para justificar que a instituição pratique um valor diferente, e mais elevado, do que o praticado/recomendado pela Segurança Social, no ano de 2025 foi decidido manter um valor-referência igual ao praticado pela Segurança Social.

Nestes termos, o valor-referência do Lar de São Jorge para o ano 2025 foi de **1.629,15€**.

3.2.1.4 RMISSG (Regulamento Municipal de Instituições de Solidariedade Social de Guimarães)

Por atuação desta Direção a instituição foi incluída, apenas a partir de 2019, nas entidades merecedoras de subsídio do Município de Guimarães no âmbito do Regulamento Municipal de Instituições de Solidariedade Social de Guimarães (RMISSG).

Relativamente ao **ano de 2025**, o subsídio aprovado ascendeu a **42.000,00€**.

Importa registar, para mais fácil verificação da sua sequência, os valores recebidos pela instituição advindos do RMISSG que, conforme se pode verificar, ascendem a um **total de 112.000,00€** (num período de **7 anos**):

Ano	RMISSG
2019	11.000,00 €
2020	11.000,00 €
2021	15.000,00 €
2022	8.000,00 €
2023	10.000,00 €
2024	15.000,00 €
2025	42.000,00 €

Importa ainda referir que o crescimento exponencial ocorrido em 2025 se deve, exclusivamente, às rendas tidas que suportar com as instalações provisórias do ERPI.

Explica-se:

Aquando da necessidade de obtenção de instalações provisórias para colocação dos nossos utentes durante o curso da obra de reabilitação do edifício-sede, a Câmara Municipal

Handwritten signatures and initials in blue ink.

comprometeu-se com a disponibilização de espaço para o efeito no edifício das instalações do antigo Seminário Verbo Divino. Acontece que, não se tendo tal verificado em tempo útil, a Direção teve de procurar um outro espaço dada a emergência da saída dos utentes em finais do ano 2024. Nesse ano, a Câmara Municipal comprometeu com a assunção da totalidade das rendas devidas, precisamente atenta a sua especial responsabilidade por não ter disponibilizado o espaço com que se havia comprometido. Para o ano subsequente, o presente de 2025, revelando-se o pagamento da totalidade das rendas de montante muito significativo, a própria instituição propôs que o Município comparticipasse, pela via do RMISSG, com o pagamento de 50% do valor das rendas, ao que o Município prontamente anuiu o que representa e justifica o montante atribuído em 2025.

3.2.1.5 Consignação de 0,5% IRS

Por iniciativa desta Direção procedeu-se à inscrição da instituição perante a Autoridade Tributária, imprescindível para que possa ser objeto da consignação deste montante por qualquer empresa ou cidadão.

Importa referir, pela importância, o seguinte:

- Que por iniciativa governamental do XXIV Governo Constitucional, liderado pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro, a percentagem permitida pelo Governo para poder ser atribuída às IPSS a título de consignação de IRS passou de 0,5% para 1,0% o que, logo à partida, permitia uma expectativa de encaixe do dobro do montante do ano anterior (dobrando atingir-se-ia o montante de 34.175.66€) e justifica em primeira instância a subida muito significativa do proveito; no entanto foi possível obter uma recolha de consignações de IRS que superou em 8.425,23€ o mero dobrar da receita obtida por esta via em 2024, basta verificar que nos primeiros quatro anos da consignação de IRS obtivemos 40.979,21€, sendo que só na consignação relativa ao ano 2025 foi superado esse montante.
- Esta cifra consta pela importância no Relatório de Atividades mas, sendo recebido apenas no decurso do ano subsequente, não consta no respetivo Relatório de Contas (mantém-se, contudo, a sua identificação dando sequência ao critério seguido em anteriores relatórios de atividade)

Relativamente ao **ano de 2025**, o montante disponibilizado à instituição a título de consignação de IRS ascendeu a **42.600,83 €**.

Trata-se de uma receita relevante e que era totalmente inexistente na instituição pelo que importa registar, para mais fácil verificação da sua sequência, os valores recebidos pela instituição advindos da consignação do IRS de cidadãos ao Lar São Jorge, IPSS que, conforme se pode verificar, ascendem a um **total de 100.495,47€** (num período de **6 anos**):

Ano	Consignação 0,5% IRS
2020	10.116,80 €
2021	5.758,29 €
2022	11.391,72 €
2023	13.590,37 €
2024	17.037,83 €
2025	42.600,89 €

3.2.2 Despesas

3.2.2.1 Determinação do Défice Mensal Presuntivo

Atenta a antecipável circunstância de ser necessário deter disponibilidade financeira para proceder aos pagamentos das prestações mensais do empréstimo a realizar pela instituição para pagamento da obra de reabilitação, por questões de gestão prudencial, entendeu a Direção criar um ficheiro de acompanhamento daquele que seria o presumível défice mensal, simulando com a maior proximidade possível, o valor dessa prestação.

Este ficheiro foi criado com uma prestação mensal presumida de 16.350,00€, no entanto, encontrando-se já contraído o financiamento, ela pode agora ser liquidada com rigor, ascendendo então a **15.546,65€** (que confirma a estimativa conservadora com que fomos trabalhando o défice mensal presuntivo).

Pelo que a parte presumível deste défice está agora totalmente determinável uma vez que no que respeita às despesas, estando definida a despesa fundamental que é do valor do financiamento obtido, elas são totalmente determináveis (as despesas de funcionamento são sempre no valor orçamentado). E porque no respeita às receitas, elas são anotadas mensalmente pelo que correspondem aos valores efetivamente percebidos.



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

Geoloz
Sofie

Assim, a única parte presuntiva para futuro é a receita – que intencionalmente se não considera – relativa ao aumento de 17 utentes que serão obviamente suficientes para cobrir esse défice, contudo, e apesar disso, a Direção fixou como objetivo procurar reduzir ao máximo o défice mensal advindo da necessidade de pagamento da prestação do financiamento bancário, apenas com os 35 utentes de que dispõe de momento o ERPI. Se conseguirmos, como pretendemos, atingir valores próximos do positivo apenas com 35 utentes, essa será a maior demonstração da sustentabilidade financeira desta aposta pois que os 17 utentes adicionais contribuirão todos eles para os resultados positivos dos exercícios futuros.



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

FICHEIRO DE MONITORIZAÇÃO DE DÉFICE PRESUNTIVO

2025	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	MÉDIA
Utentes	33 270,23	32 806,50	33 212,11	34 509,99	36 769,83	37 977,57	37 551,97	38 810,17	37 154,99	36 531,47	38 013,25	38 334,68	36 245,23 €
Segurança Social	22 744,28	22 324,20	22 183,44	31 198,82	23 488,88	25 703,78	24 522,50	24 227,18	24 227,18	24 227,18	24 227,18	24 079,52	24 387,85 €
Receitas	55 514,51	55 130,70	55 395,55	65 708,81	60 258,71	63 681,35	62 074,47	63 037,35	61 382,17	60 758,65	62 240,43	62 414,20	60 633,08 €
Gastos Orçamentados 2025	47 712,15	47 712,15	47 712,15	47 712,15	47 712,15	47 712,15	47 712,15	47 712,15	47 712,15	47 712,15	47 712,15	47 712,15	47 712,15 €
Resultado Operacional	7 802,36	7 418,55	7 683,40	17 996,66	12 546,56	15 969,20	14 362,32	15 325,20	13 670,02	13 046,50	14 528,28	14 702,05	12 920,93 €
Empréstimo 2M 15 anos	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65	15 546,65 €
Déficit / Superavit (Cash Flow)	-7 744,29	-8 128,10	-7 863,25	2 450,01	-3 000,09	422,55	-1 184,33	-221,45	-1 876,63	-2 500,15	-1 018,37	-844,60	- 2 625,73 €

Na análise ao quadro relativo ao ano 2025 importa referir que houve já dois meses em que se verificou um resultado positivo e que a média do ano é negativa mensalmente em apenas 2.625,73€, o que significa que com menos de dois utentes se consegue resultado positivos, considerando já o pagamento da prestação bancária, agora determinável. E implica uma recuperação bastante assinalável face aos anos anteriores.

Interessa ainda registar a evolução do défice mensal presuntivo desde que a Direção entendeu criar este ficheiro de acompanhamento do potencial défice, pois permite verificar a evolução registada a este título:

Ano	Défice mensal presuntivo
2023	- 17.870,87 €
2024	- 8.426,23 €
2025	- 2.625,73 €

Não considerando a prestação bancária, **o resultado operacional é mensalmente positivo em 12.920,93€.**

Guilhermina
S. Jorge

3.2.3 Aplicação de fundos financeiros

Contrariamente à decisão tomada até este momento – de distribuição por diferentes instituições bancárias do produto da poupança da instituição de molde a que se procure na medida do possível que não se encontre depositado em nenhuma instituição financeira montante superior àquele que é objeto de garantia de devolução por parte do Banco Central Europeu (BCE) – no decurso do ano de 2025 procedeu-se diferentemente. Por força da contração do financiamento junto do Banco Montepio, nas respetivas condições constava a transferência de todo o pecúlio do Lar Beneficente de São Jorge para aquela instituição bancária, com o objetivo aliás de vir a ser utilizado no pagamento das faturas da construtora, à relação de $2/3 - 1/3$, juntamente com a quantia mutuada, de 2M€.

Por esta razão, todo o aforro distribuído por diferentes instituições bancárias foi concentrado no Banco Montepio estando a ser utilizado para pagamento da obra de reabilitação do edifício-sede.

Neste exercício não foi decidida a realização de um aforro adicional.

3.3 Gestão Administrativa

Durante este exercício a alteração mais relevante a registar foi a decisão de admissão da Dra. Maria João Costa como Diretora de Serviços, voltando a instituição, dado o incremento da complexidade de função a assumir brevemente, a sentir necessidade de uma diretora de apoio à Direção e à gestão da instituição, libertando dessas funções a Diretora Técnica que se focará de um modo mais intenso na(s) valência(s) sociais.

3.4 Gestão Social e Comunitária

3.4.1 Constituição do Conselho de Curadores

Uma das ideias-base para este novo mandato desta Direção foi a da constituição do Conselho de Curadores. Sabendo-se que esta instituição, fundada como Casa dos Pobres de Pevidém, foi criada em 1939, e formalizada em 1954, por um conjunto de empresários, industriais e homens-bons da comunidade que, detendo uma posição social e financeira de relativo privilégio, pretenderam utilizá-la em prol da comunidade e, muito particularmente, dos mais desfavorecidos. Foi assim criada a «Casa dos Pobres de Pevidém», sob o lema



Carly
Sofia

“*Pevidém sustenta os seus pobres*”, no que representava uma afirmação simultaneamente bairrista e de responsabilização, por esse conjunto de pessoas, de unirem esforços para erradicar a pobreza na sua comunidade. Uma ideia e uma postura verdadeiramente inspiradoras, que obrigam a que o futuro da instituição, ainda que tantos anos volvidos, não seja indiferente a esse passado, a essa ideia fundacional, procurando, na medida do possível, honrá-la e repercuti-la no presente.

Por essa razão na reunião de 29.07.2025 foi votada a constituição de um novo órgão que, de algum modo, reinstituísse a ideia fundacional da «Casa dos Pobres de Pevidém», hoje «Lar Beneficente de São Jorge». Assim, ao invés de essas pessoas com particulares responsabilidades sociais e empresariais na comunidade integrarem os órgãos sociais, particularmente a Direção, pretendeu-se criar um novo órgão, chamado **Conselho de Curadores**, que integrará esse espírito, naturalmente adaptada aos tempos atuais e à realidade das instituições sociais hodiernamente.

Foi apresentada uma proposta para constituição do Conselho de Curadores que, de acordo com esta proposta, deverá ser constituído por quinze elementos, de acordo com dois critérios distintos:

- ➔ Cinco descendentes ou representantes dos fundadores do Lar Beneficente de São Jorge, assim se considerando as vinte personalidades e uma sociedade comercial que, em 1954, integraram a Comissão Administrativa da então «Casa dos Pobres de Pevidém» e fizeram aprovar os seus primeiros estatutos
- ➔ Dez personalidades que se tenham distinguido na comunidade atentos, designadamente, os serviços prestados à instituição, a participação cívica e social que apresentem ou os seus particulares méritos, particularmente nos domínios cultural, científico, técnico ou empresarial

O Conselho de Curadores veio a ser depois constituído formalmente mediante uma alteração estatutária que passou a consagrar a sua existência nos termos da proposta aprovada em reunião de Direção.

3.4.2 Gestão Social e Comunitária

Durante este exercício, para além das iniciativas de alcance social e comunitário a que a instituição sempre se dedica e que não são referidas neste relatório para não ser demasiado

exaustivo, há a assinalar o seguinte:

- a) **Projeto «Lar Aberto».** Uma iniciativa inovadora que visa adotar um plano sistemático e concreto tendo em vista sobretudo incentivar a presença de familiares dos utentes na instituição, em momentos comuns como refeições diárias, sendo permitido aos familiares dos utentes, mediante prévia marcação, tomar qualquer das refeições do dia com o seu familiar (com exceção do jantar por implicar com a organização relacionada com a hora de deitar). Igualmente, foi preparada a sala principal para eventos de cada um dos utentes e para a realização de almoços de família ao fim de semana, mediante solicitação de qualquer dos utentes ou seus familiares. O objetivo é cada vez mais fazer do Lar a casa de cada um dos utentes e também das suas famílias, permitindo-lhes poder utilizar as instalações da instituição como se da sua casa se tratasse.
- b) **A Casa dos Avós:** o projeto «Lar Aberto» na vertente “A Casa dos Avós”, visa integrar as famílias no dia a dia do residente, acompanhando-o nas suas rotinas diárias, possibilitando-lhe receber os que lhe são mais queridos, permitindo assim que o mesmo sinta a família mais perto de si e a instituição como uma casa onde pode receber os seus familiares e amigos. Neste sentido e como forma de incentivar a participação das famílias no dia a dia dos Residentes foi decidido atribuir anualmente a cada residente 6 vales de refeição (almoço) ou lanche gratuitos para 2 familiares ou amigos.
- Ficou decidido elaborar um *flyer* alusivo a esta iniciativa para distribuímos pelos novos utentes (e igualmente pelos atuais residentes).
 - Criação do “Espaço Família”: espaço/sala multifuncional disponibilizada pelo Lar para encontros entre os utentes e os seus familiares
 - ➔ espaço para almoços de família (possibilidade até 20 pessoas) ou para festas de aniversário.
 - ➔ local para se sentirem em casa, uma sala para os residentes verem como a “sua” sala.
 - ➔ transformar o lar na casa das pessoas que lá vivem.
- c) **Dia dos Avós:** No dia 29.07.2023 realizou-se a celebração do “Dia dos Avós”, iniciativa integrada no Projeto “Lar Aberto” e que se revestiu de enorme sucesso tendo vindo inúmeras famílias para a instituição para celebrar um dia com os seus familiares.
- d) **Sessões de Yoga para utentes e funcionárias:** a instituição aceitou ceder gratuitamente

espaços não utilizados na sede da instituição para que possam ter lugar aulas particulares de yoga, sendo que, como contrapartida dessa cedência graciosa foram asseguradas aulas de yoga para os utentes da instituição, bem como para as funcionárias, sem que implique o pagamento de qualquer montante.

- e) **Arte em Família:** projeto elaborado pela psicóloga da instituição que visa fomentar com as famílias dos nossos utentes uma partilha de atividades ou competências de carácter pessoal, expressão artística, música, teatro, leitura, jogos, etc.

3.1 Projeto de reabilitação do edifício-sede

3.1.1 Orçamento

Foi aprovado o orçamento / estimativa de custos apresentado pelo projetista pelo montante de **2.998,063,15€**. A relevância da aprovação deste montante serviu essencialmente para balizar o valor pelo qual foi feita a consulta que será feita ao mercado no procedimento concursal que se seguiu à aprovação do orçamento.

3.1.2 Procedimento concursal

Tendo-se apresentado dois concorrentes ao concurso público lançado pela instituição, foi já nas duas primeiras reuniões de 2025 que foi formalmente tomada a decisão de adjudicação, mais concretamente, na reunião de 25.02.2025. Não obstante o procedimento concursal ter decorrido durante o exercício de 2024, a sua conclusão verifica-se no ano de 2025, dando-se aqui nota de ter sido tomada a decisão de adjudicação à empresa **NVE – Engenharias, S.A.**

3.1.3 Definição da entidade bancária

Também na reunião de 25.02.2025 e após consulta a um conjunto alargada de entidades bancárias – Millennium BCP, Caixa Geral de Depósitos, BPI, EuroBIC/ABANCA e Montepio – veio a ser decidida a realização do contrato de financiamento com o **Banco Montepio, S.A.**, cujas condições constam detalhadamente da ata da referida reunião mas que pressupõem, nas suas características fundamentais, o seguinte:

Handwritten signatures and initials in blue ink.

- Montante: 2.000.000,00€
- Prazo: 15 anos (24 meses de carência)
- Prestação: 16.013,59€

3.1.4 Alojamento dos utentes

Durante o ano 2024 – na reunião de 03.07.2024 – foi tomada em definitivo a decisão de alojamento provisório dos utentes da instituição enquanto decorressem as obras no edifício-sede.

Assim, foi deliberado que no decurso das obras de reabilitação da edifício-sede do Lar de São Jorge se operasse a mudança do estabelecimento residencial de pessoas idosas (ERPI) para o local da antiga Albergaria Palmeiras, sita no Centro Comercial Palmeiras, na Rua Gil Vicente, na cidade de Guimarães. Trata-se de um local com 25 quartos, capaz de receber os 35 utentes da instituição, com uma tipologia em tudo idêntica à de um lar de idosos, atendendo a que se tratava de uma Albergaria.

As condições para arrendamento as seguintes:

- Renda mensal: 7.000,00€ (sete mil euros)
 - Inclui 5 lugares de garagem na garagem do C.C.Palmeiras
- Início: 04.12.2024

De referir que foi elaborada uma adenda aos contratos de alojamento manifestando a tomada de conhecimento e aceitação expressa, pelos utentes e seus familiares, da alteração do local para a prestação de serviços a cargo da instituição. Por uma questão de transparência para com utentes e respetivas famílias tal adenda aos contratos de alojamento foi celebrada apenas após as visitas ao estabelecimento provisório que tiveram lugar durante o mês de novembro de 2024.

3.1.5 Constituição de *task force* para acompanhamento da obra

Na reunião de 12.06.2025 foi designada um/a Gestor/a de Contrato (obrigatório nos termos da lei) e procedeu-se à contratação de uma empresa para proceder, em nome da instituição, à fiscalização da obra e cabal cumprimento do caderno de encargos.

Tendo sido escolhidos os seguintes:

- Gestora de Contrato: Maria João Costa (Diretora de Serviços)

Lar Beneficente de S. Jorge | Rua de S. Jorge, n.º 304 | Selho S. Jorge | 4835-351 Guimarães

Telefone: 253 532622 | Fax: 253 534654 | Email: geral@larsaojorge.pt

Handwritten signatures and initials in blue ink.

- Responsável pela Fiscalização: 4 Aid

Adicionalmente a estas definições, a Direção designou uma task force de entre os seus membros para acompanhamento do curso da obra e tomar as decisões que se afigurem necessárias ao longo deste processo.

Para esta função foram assim designados os seguintes dirigentes:

- José Miguel Coelho Lima
- Eduardo Pereira Fernandes
- Amílcar Varela

3.1.6 Orçamento para as valências sociais a implementar

Embora tendo-se tratado de uma deliberação de 2024, ela mantém-se pela sua relevância, isto é, foi aprovado na reunião de 15.04.2024 o orçamento previsto para o aumento em 40% da valência de ERPI (de 35 para 52 utentes) e para a gestão de duas novas valências sociais: Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

De que partilham apenas os grandes números dessa previsão orçamental, que apresentou os seguintes resultados operacionais mensais:

Situação atual

ERPI (35 utentes)
9.145,00€

Situação futura

ERPI (52 utentes)	Centro de Dia (40 utentes)	S.A.D. (50 utentes)
17.993,00€	- 2.168,00€	- 724,00€

Situação futura (total das três valências)

ERPI + CD + SAD (142 utentes)
15.101,00€

De onde se infere que se prevê um aumento muito significativo dos resultados operacionais positivos da valência de ERPI de 9.145€ (previstos então para o exercício de 2024) para 17.993€. Prevendo-se, no entanto, exercícios negativos, pelo menos no seu início, para as novas valências de Centro de Dia e SAD. Tendo sido calculado, em ambos os casos, com a ausência de qualquer tipo de comparticipação da Segurança Social, sendo que, se vier a ter lugar qualquer comparticipação, estes resultados poderão ficar imediatamente positivos. Se e enquanto tal não suceder, será naturalmente uma aposta da instituição para aumentar o serviço social e o amparo que é devido aos idosos e aos mais carenciados da nossa sociedade.

4. Perspetivas Futuras

4.1 Extensão da valência de ERPI e criação das valências de SAD e Centro de Dia

Tal como resulta da explanação de todo este mandato, atribuir-se-á total prioridade à obra de readaptação e atualização do edifício onde se encontra instalada o ERPI. Esta intervenção dotará a instituição das seguinte valência e números de utentes:

- a. ERPI: **52 utentes** (aumento em 17 utentes da capacidade da valência social de ERPI que atualmente serve 35 utentes – a instituição detém já parecer prévio positivo por parte da Segurança Social);
- b. Centro de Dia: **40 utentes** (instalação de nova valência social para que a instituição detém já parecer prévio positivo por parte da Segurança Social);
- c. Serviço de Apoio Domiciliário (SAD): **50 utentes** (Instalação de nova valência social para que a instituição detém já parecer prévio positivo por parte da Segurança Social).

Em reunião do CSIF de 04.07.2022 e em reunião do CLAS de 24.08.2022 foram emitidos pareceres favoráveis às valências e capacidades acima referidas.

Prevendo-se, após a conclusão das obras de reabilitação, um crescimento da população a cargo desta instituição de 35 para 142 utentes (um crescimento superior a 300%, mais do que triplicando o atual número de utentes) é natural que seja o foco principal do futuro da

instituição.

Handwritten signature and initials in blue ink.

4.2 Ponderação da criação de uma Ala Social e de uma Ala Hospitalar

No contexto da requalificação do edifício sede, foi determinado dever a instituição tudo fazer por forma a poder criar, no futuro e no âmbito das suas instalações, uma Ala dedicada às vagas sociais a ser solicitadas pela Segurança Social e uma Ala em contexto pós-hospitalar, nos seguintes termos:

- a) **Ala Social:** procurar destinar, nas futuras instalações, uma ala ou um setor destinado precisamente para as vagas sociais da Segurança Social, com vista a facilitar à Segurança Social aferir das condições específicas dos “seus utentes”, numa área do edifício que lhes seja especificamente destinada.
- b) **Ala Clínica:** a circunstância de cada vez mais os utentes que dão entrada no Lar virem de Unidades de Cuidados Continuados (UCC’s) ou com necessidades de cuidados análogos aos dispensados em UCC’s implica que haja uma falha nos cuidados dispensados aos nossos idosos atendendo a que as UCC’s têm um período limite de permanência e a única resposta que existe a jusante do internamento em UCC é a entrada em ERPI, sendo que, na enormíssima maioria das situações as ERPI não estão preparadas nem têm pessoal habilitado ao tratamento e acompanhamento que é necessário fazer-se a estes utentes com cuidados especiais. A Ministra do Trabalho e da Segurança Social produziu declarações precisamente neste sentido, pelo que, o objetivo da instituição é estar na vanguarda destas respostas sociais assim que visam prestar melhores cuidados à população, sendo que, fomos inclusive informados que a instituição o pode já fazer recorrendo a vagas privadas (ou não protocoladas com a Segurança Social), definindo então diferentes preços em funções do tipo de vaga privada que for disponibilizada.

4.3 Fábrica do Alto – ponderação de possível extensão

Sem que haja qualquer projeto ou perspetiva no sentido aquisitivo, a Direção solicitou e custeou um levantamento topográfico aos terrenos da Fábrica do Alto com vista a verificar da possibilidade de utilização do espaço remanescente ao pretendido utilizar pela Câmara Municipal de Guimarães no futuro projeto de Academia de Transformação Digital previsto



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

instalar nas instalações da antiga Fábrica do Alto.

Dando sequência a esta preocupação, a Direção encomendou um estudo de distribuição daqueles espaços por forma a se poder verificar da possibilidade de, no futuro, poder ser utilizado algum desse espaço pela instituição.

Após visitas ao local tanto do então Presidente de Câmara, Dr. Domingos Bragança, como do então vereador da cultura, Paulo Lopes Silva, o assunto ficou de ser desenvolvido em reunião com a Câmara Municipal sendo que a ocorrência de eleições legislativas no ano 2025 conduziu a uma alteração na presidência da Câmara Municipal, tendo sido eleito o Dr. Ricardo Araújo como Presidente de Câmara, pelo que se aguarda a possibilidade de uma audiência com o atual elenco municipal para aferir da viabilidade da manutenção dessa disponibilidade por parte do Município de Guimarães.

Pevidém, 10 de abril de 2026

Contabilista Certificado,

Sofia Daniela Leite Salgado

A Direção,

Maria Gabriela Teixeira e Melo
Administradora de Recursos Humanos



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Moeda: EUR
Contribuinte: 501 268 138

Balanço

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Rubricas	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.1/6	1 162 578,03	552 458,93
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	4 717,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Subtotal		1 162 578,03	557 176,02
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes	12.2	492,76	1 765,41
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	4.6/12.3	18 072,75	829,51
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	12.4	56 177,38	31 277,70
Diferimentos	12.5	11 123,15	5 217,06
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4.3/12.6	498 539,71	603 833,91
Subtotal		584 405,75	642 923,59
Total do ativo		1 746 983,78	1 200 099,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	4.5/12.7	36 521,03	36 521,03
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	4.5/12.7	186 493,12	186 493,12
Resultados transitados	4.5/12.7	728 843,65	636 527,17
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações de fundos patrimoniais	4.5/9/12.7	161 221,85	174 365,89
Subtotal		1 113 079,65	1 033 907,21
Resultado líquido do exercício		72 980,46	92 316,48
Total do fundo de capital		1 186 060,11	1 126 223,69
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	12.15	369 250,48	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		369 250,48	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	4.4/12.8	114 440,05	12 879,33
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	4.6/12.3	12 357,85	10 924,15
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	12.15	0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	12.9	64 875,29	50 072,44
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Subtotal		191 673,19	73 875,92
Total do Passivo		560 923,67	73 875,92
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 746 983,78	1 200 099,61

A Direção

Handwritten signature: Maria Gabriela Teixeira e Melo

A Direção

Handwritten signature: Maria Gabriela Teixeira e Melo

O Contabilista Certificado

Handwritten signature: Sofia Daniela Leite Salgado

Lar Beneficente de S. Jorge | Rua de S. Jorge, n.º 304 | Selho S. Jorge | 4835-351 Guimarães

Telefone: 253 532622 | Fax: 253 534654 | Email: geral@larsaojorge.pt

Moeda: EUR
Contribuinte: 501 268 138

Demonstração de resultados por naturezas

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados	8	693 253,68	619 499,52
Subsídios, doações e legados à exploração	9	44 245,17	22 108,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-52 119,49	-60 322,14
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-184 104,20	-106 178,88
Gastos com o pessoal	10	-447 939,44	-387 475,21
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.11	58 642,38	31 836,59
Outros gastos e perdas	12.12	-755,49	-1 622,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		111 222,61	117 845,84
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-39 749,30	-39 726,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		71 473,31	78 118,96
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	8 055,27	14 197,52
Juros e gastos similares suportados	12.14	-6 548,12	0,00
Resultado antes de impostos		72 980,46	92 316,48
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		72 980,46	92 316,48

A Direção: *[Assinatura]*

Maria Gabriela Teixeira e Melo

A Direção: *[Assinatura]*

O Contabilista Certificado: *[Assinatura]*

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Moeda: EUR
Contribuinte: 501 268 138

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

RUBRICAS	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		692 415,73	365 073,95
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-138 647,22	-169 210,45
Pagamentos ao pessoal		-322 593,36	-287 675,28
Caixa geradas pelas operações		231 175,15	-91 811,78
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-63 986,28	183 456,72
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		167 188,87	91 644,94
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-649 868,40	-10 061,40
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		12 437,80	9 814,99
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-637 430,60	-246,41
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		369 250,48	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		2 245,17	7 108,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-6 548,12	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)		364 947,53	7 108,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-105 294,20	98 506,53
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		603 833,91	505 327,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.6	498 539,71	603 833,91

A Direção *Handwritten signature: Maria Gabriela Teixeira e Melo*

A Direção *Handwritten signature: Maria Gabriela Teixeira e Melo*

O Contabilista Certificado *Handwritten signature: Sofia Daniela Leite Salgado*

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da Entidade

Denominação Social: Lar Beneficente de S. Jorge, IPSS

Sede: Rua de S. Jorge, 304, 4835-351 Guimarães

NIPC: 501 268 138

Constituição: 01.03.1954

Atividade Principal: Atividades de apoio social para pessoas idosas com alojamento

Corpos Gerentes

Data da eleição: 13 de março de 2024 (mandato: 4 anos)

- **Direção**

Presidente – André Guimarães Coelho Lima

Vice-Presidente – Patrícia Gabriela da Cunha Ferreira Fernandes

Tesoureiro – José Eduardo Salgado Fontão

Secretário – Maria Gabriela Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Vogal – José Miguel Fernandes Coelho Lima

Vogal – Maria Micaela Barroso Fontão

Vogal – Maria de Lurdes Correia Ribeiro

Suplente – Paula Mota Correia

Suplente – Amílcar César Faria Varela

Suplente – Teresa Maria Almeida Machado

Suplente – Eduardo Jorge Vidal Ferreira Fernandes

- **Assembleia Geral:**

Presidente – Luís da Cunha Teixeira e Melo *substituído em Assembleia Geral de 28/10/205 por* Luis Filipe Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Primeiro Secretário – Francisco Manuel Guimarães Coelho Lima

Segundo Secretário – António Carlos Almeida Salazar

- **Conselho Fiscal:**

Lar Beneficente de S. Jorge | Rua de S. Jorge, n.º 304 | Selho S. Jorge | 4835-351 Guimarães

Telefone: 253 532622 | Fax: 253 534654 | Email: geral@larsaojorge.pt

Presidente – Joaquim Paulo Fernandes Coelho Lima

Vogal – Luciano Veiga Baltar

Vogal – Ana Margarida Rodrigues Machado

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2025, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726B/2011 de 14 de Março;
- NCRF ESNL e Normas Interpretativas (NI).

2.2 Não existem contas de Balanço ou de Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebido e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Futuro e incertezas

Dada a expectativa de continuidade dos serviços do Lar Beneficente de S. Jorge, e considerando a sua procura crescente mantém-se o mesmo cenário positivo e não se antevêm fatores de incerteza quanto às estimativas.

4 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo

Handwritten signature and initials in blue ink.

de bens.

4.2 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

4.3 Caixa e Depósitos Bancários

Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

4.4 Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros passivos correntes, que não vencem juros, são registados pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após a dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

4.6 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do nº 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência,

d) solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

Assim, os rendimentos referidos encontram-se isentos de IRC.

4.7 Regime do Acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas outros ativos e passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

5 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

6 Ativos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	2025							
	Terrenos e	Edifícios	Equipamento	Equipamento	Equipamento	Outros	Investimentos	TOTAL
	recursos	e outras				activos fixos		
	naturais	construções	básico	de transporte	administrativo	tangíveis		
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo em 31.12.2024	18.027,59	1.032.312,67	142.054,35	99.827,23	42.637,11	1.312,62	62.144,99	1.398.316,56
Adições	-	-	-	-	-	-	647.351,24	647.351,24
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2025	18.027,59	1.032.312,67	142.054,35	99.827,23	42.637,11	1.312,62	709.496,23	2.045.667,80
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2024	18.027,59	613.260,26	123.526,55	47.585,72	42.637,11	820,40	-	845.857,63
Adições	-	23.205,97	7.423,56	8.955,69	-	164,08	-	39.749,30
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	(2.517,16)	-	-	-	-	-	(2.517,16)
Saldo em 31.12.2025	18.027,59	633.949,07	130.950,11	56.541,41	42.637,11	984,48	-	883.089,77

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:

Saldo em 31.12.2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2025	-	-	-	-	-	-	-	-

QUANTIA ESCRITURADA	0,00	398.363,60	11.104,24	43.285,82	0,00	328,14	709.496,23	1.162.578,03
----------------------------	-------------	-------------------	------------------	------------------	-------------	---------------	-------------------	---------------------

2024

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo em 31.12.2023	18.027,59	1.022.251,27	142.054,35	99.827,23	42.637,11	1.312,62	62.144,99	1.388.255,16
Adições	-	10.061,40	-	-	-	-	-	10.061,40
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	18.027,59	1.032.312,67	142.054,35	99.827,23	42.637,11	1.312,62	62.144,99	1.398.316,56

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:

Saldo em 31.12.2023	18.027,59	590.331,96	115.987,13	38.630,03	42.497,72	656,32	-	806.130,75
Adições	-	22.928,30	7.539,42	8.955,69	139,39	164,08	-	39.726,88
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	18.027,59	613.260,26	123.526,55	47.585,72	42.637,11	820,40	-	845.857,63

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:

Saldo em 31.12.2023	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

Saldo em 31.12.2024

Handwritten signatures and initials in blue ink.

QUANTIA ESCRITURADA	0,00	419.052,41	18.527,80	52.241,51	0,00	492,22	62.144,99	552.458,93
---------------------	------	------------	-----------	-----------	------	--------	-----------	------------

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01/01	Compras	Reclass. e Regul.	Inventários em 31/12	Consumos
Em 2025					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	52 119,49 €	0,00 €	0,00 €	52 119,49 €
Em 2024					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	60 322,14 €	0,00 €	0,00 €	60 322,14 €

8 Rédito

O rédito é reconhecido no momento da prestação e pelo seu contravalor. Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024 (reexpresso)
Prestações de Serviços	693 253,68 €	619 499,52 €
Mensalidade Utentes	343 776,81 €	319 459,25 €
Comparticipação Familiar	52 470,33 €	31 289,33 €
Fraldas	0,00 €	11 993,14 €
Transporte de Utentes	2 050,00 €	1 895,00 €
Outros Produtos de Incontinência	2 154,74 €	179,40 €
Comparticipação IPSS	292 801,80 €	254 683,40 €
Total	693 253,68 €	619 499,52 €

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis para financiamento de aquisições de ativos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais, na rubrica outras variações nos fundos patrimoniais, e reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, em rendimentos e ganhos operacionais, proporcionalmente às depreciações dos ativos a que respeitam.

Os registos contabilísticos em 2025 e 2024 foram os seguintes:

Descrição	2025	2024 (reexpresso)
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital		
<i>Acordos de Cooperação - Comparticipações</i>	0,00 €	0,00€
<i>Outros</i>	42 000,00 €	15 000,00 €
Doações/Donativos	2 245,17 €	7 108,00 €
Total	44 245,17 €	22 108,00 €

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de “Subsídios do Estado e outros Entes Públicos”, “Subsídios de Outras Entidades e Doações”:

Descrição	2025				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento Anual	Saldo Final
Subsídios para investimento					
PIDDAC	138 306,40 €	0,00 €	0,00 €	6 280,95 €	132 025,45 €
RMISG 2018	2 726,16 €	0,00 €	0,00 €	1 363,09 €	1 363,07 €
RMISG 2019	8 020,83 €	0,00 €	0,00 €	1 375,00 €	6 645,83 €
RMISG 2020	10 937,50 €	0,00 €	0,00 €	1 875,00 €	9 062,50 €
RMISG 2021	5 833,33 €	0,00 €	0,00 €	1 000,00 €	4 833,33 €
RMISG 2022	8 541,67 €	0,00 €	0,00 €	1 250,00 €	7 291,67 €
Total	174 365,89 €	0,00 €	0,00 €	13 144,04 €	161 221,85 €
Descrição	2024				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento Anual	Saldo Final
PIDDAC	144 587,35 €	0,00 €	0,00 €	6 280,95 €	138 306,40 €
RMISG 2018	4 089,25 €	0,00 €	0,00 €	1 363,09 €	2 726,16 €
RMISG 2019	9 395,83 €	0,00 €	0,00 €	1 375,00 €	8 020,83 €
RMISG 2020	12 812,50 €	0,00 €	0,00 €	1 875,00 €	10 937,50 €
RMISG 2021	6 833,33 €	0,00 €	0,00 €	1 000,00 €	5 833,33 €
RMISG 2022	9 791,67 €	0,00 €	0,00 €	1 250,00 €	8 541,67 €
Total	187 509,93 €	0,00 €	0,00 €	13 144,04 €	174 365,89 €

Guilherme
Sofia

10 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de 25 e em 31/12/2024 foi de 23.

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	360 597,55 €	313 910,42 €
Encargos sobre as Remunerações	79 749,78 €	69 590,80 €
Seguros acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 186,85 €	3 050,85 €
Outros gastos com o pessoal	4 405,26 €	923,14 €
Total	447 939,44 €	387 475,21 €

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

A rubrica “Investimentos Financeiros” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fundos de Compensação do Trabalho	0,00 €	4 717,09 €
Total	0,00 €	4 717,09 €

12.2 Clientes

A rubrica "Clientes" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes c/c	492,76 €	1 765,41 €
Total	492,76 €	1 765,41 €

12.3 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o valor Acrescentado	18 072,75 €	829,51 €
Total	18 072,75 €	829,51 €
Passivo		
Retenção de Impostos sobre rendimento - trabalho dependente	852,00 €	889,00 €
Retenção de Impostos sobre rendimento - rend. profissionais	109,21 €	634,59 €
Retenção de Impostos sobre rendimento - rend. prediais	2 012,50 €	1 750,00 €
Contribuições para a Segurança Social - TSU	9 384,14 €	7 650,56 €
Total	12 357,85 €	10 924,15 €

12.4 Outras Contas a Receber

A rubrica "Outras Contas a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Juros a Receber	0,00 €	4 382,53 €
Consignação IRS + IVA	42 600,89 €	17 037,83 €
Outros Devedores	13 576,49 €	9 857,34 €
Total	56 177,38 €	31 277,70 €

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	8 908,23 €	5 011,50 €
Outros	2 214,92 €	205,56 €
Total	11 123,15 €	5 217,06 €

Guilhermina
Sofia

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	1 553,40 €	1 058,91 €
Depósitos à Ordem	50 586,31 €	398 010,00 €
Depósitos a Prazo	446 400,00 €	204 765,00 €
Total	498 539,71 €	603 833,91 €

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2025	2024
Fundos	36 521,03 €	36 521,03 €
Reservas	186 493,12 €	186 493,12 €
Resultados Transitados	728 843,65 €	636 527,17 €
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	161 221,85 €	174 365,89 €
Resultado Líquido do Exercício	72 980,46 €	92 316,48 €
Total	1 186 060,11 €	1 126 223,69 €

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	114 440,05€	12 879,33 €
Total	114 440,05 €	12 879,33 €

12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” está composta da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Credores por acréscimos de gastos	61 930,91 €	46 206,80 €
Outros Credores	2 944,38 €	3 865,64 €
Total	64 875,29 €	50 072,44 €

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços Especializados	30 130,09 €	24 241,32 €
Materiais	3 403,07 €	5 601,72 €
Energia e Fluidos	46 001,26 €	44 186,52 €
Deslocações, Estadas e Transportes	639,80 €	944,00 €
Serviços Diversos	103 929,98 €	31 205,32 €
Total	184 104,20 €	106 178,88 €

12.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Descontos de pronto pagamento	0,01 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	2 517,16 €	0,32 €
Imputação de subsídios para o investimento	13 144,04 €	13 144,04 €
Quotas dos Associados	295,00 €	1 380,00 €
Consignação IRS + IVA Suportado	42 600,89 €	17 037,83 €
Outros Rendimentos	85,28 €	274,40 €
Total	58 642,38 €	31 836,59 €

12.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	2,56 €	299,68 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,65 €	0,01 €
Outros Gastos	752,28 €	1 322,35 €
Total	755,49 €	1 622,04 €

12.13 Juros e Rendimentos similares obtidos

A rubrica de “Juros e Rendimentos similares obtidos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Juros obtidos de depósitos	8 055,27 €	14 197,52 €
Total	8 055,27 €	14 197,52 €



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

12.14 Juros e Gastos similares suportados

A rubrica de “Juros e Gastos similares suportados” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Juros de financiamentos obtidos	1 993,12 €	0,00 €
Outros Gastos de Financiamento	4 555,00 €	0,00 €
Total	6 548,12 €	0,00 €

12.15 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos estão registados no passivo ao custo deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os custos dos juros, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são registados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Descrição	2025	2024
Empréstimos Bancários – não corrente	369 250,48 €	0,00 €
Total	369 250,48 €	0,00 €

12.16 Acontecimentos após a data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Pevidém, 10 de Abril de 2026

Contabilista Certificado

Sofia Daniela Brito Salgado

A Direção

[Assinatura]
Marta Gabriela Teixeira e Melo
Vice-diretora de Administração Financeira